

# PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0009920250307000360

# 1. Descrição da Necessidade da Contratação

A contratação de uma empresa especializada em prestação de serviços de apoio técnico administrativo é essencial para a Câmara Municipal de Jucás devido às crescentes demandas nos processos de contratação pública. Essa necessidade surge em virtude da complexidade e do volume de informações que devem ser geridas de forma ágil, segura e em conformidade com a Lei 14.133/2021. A assistência técnica permitirá que as operações administrativas da Câmara sejam realizadas de maneira eficiente, garantindo que todos os documentos sejam preparados, verificados e arquivados em cumprimento às exigências legais.

O principal problema identificado é a insuficiência de recursos humanos internos com qualificações específicas para lidar com as obrigatoriedades impostas pela nova legislação, bem como a necessidade de constante atualização em relação às mudanças nas normativas e procedimentos legais. A solução proposta visa não apenas atender às necessidades imediatas, mas também contribuir para o fortalecimento institucional em termos de gestão documental e na execução de contratações públicas.

Conforme previsto na Lei 14.133/2021, a efetiva aplicação dos princípios da eficiência, economicidade e transparência é de interesse público, pois assegura que os recursos públicos sejam utilizados de maneira adequada e que os processos de aquisição e contratação ocorram sem irregularidades e de forma competitiva. Portanto, essa contratação é fundamental para que a Câmara Municipal de Jucás alcance esses objetivos, otimizando o uso de seus recursos financeiros e humanos e aprimorando sua governança institucional.

# 2. Área requisitante

Área requisitante	Responsável
Camara Municipal de Jucas	Micael Felipe Rolim

#### 3. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos da contratação são fundamentais para garantir que a seleção da solução atenda ao interesse público e se alinhe com os objetivos estratégicos da Câmara Municipal de Jucás. A definição desses requisitos deve considerar práticas de sustentabilidade, respeitar as leis e regulamentações vigentes, e garantir que os padrões mínimos de qualidade e desempenho sejam atendidos.

#### • Requisitos Gerais:

- Prestação de serviços de apoio técnico administrativo na preparação de documentos e importação de dados no sistema operacional de informação mensal.
- o Orientação, acompanhamento e verificação dos processos inerentes à contratação pública, garantindo conformidade com legislações e regulamentos vigentes.



CÂMARA MUNICIPAL

#### • Requisitos Legais:

- Atendimento ao disposto na Lei 14.133/2021, que regulamenta as licitações e contratos administrativos, garantindo alinhamento com seus princípios e diretrizes.
- o Observância das normas específicas relacionadas à importação de dados e gestão de informações em sistemas institucionais.

#### • Requisitos de Sustentabilidade:

- Adoção de práticas sustentáveis na execução dos serviços, incluindo a minimização de papéis e outros recursos físicos por meio da digitalização e processamento eletrônico quando possível.
- o Comprometimento com a responsabilidade socioambiental, incluindo a redução do consumo de energia e a gestão eficiente de resíduos.

#### • Requisitos da Contratação:

- Fornecimento de recursos humanos qualificados para realização das atividades, incluindo a necessidade de treinamento e capacitação contínua dos servidores da Câmara.
- o Garantia de suporte técnico durante todo o período de vigência do contrato para assegurar a continuidade e a correta execução dos serviços contratados.
- Integração com os sistemas operacionais já existentes na Câmara Municipal de Jucás, evitando a interrupção das atividades e mantendo a eficiência dos processos.

Os requisitos necessários à contratação devem ser claros e objetivos, garantindo que a necessidade especificada seja atendida sem imposição de exigências desnecessárias, preservando assim o caráter competitivo da futura licitação. A adequada especificação dos requisitos é crucial para o sucesso da contratação, assegurando que a solução escolhida seja a mais vantajosa e eficiente para a administração pública.

## 4. Levantamento de mercado

O levantamento de mercado tem como objetivo identificar e analisar as soluções disponíveis para a contratação de serviços de apoio técnico administrativo, garantindo que a escolha feita pela Câmara Municipal de Jucás seja a mais adequada às suas necessidades operacionais e aos princípios definidos pela Lei 14.133/2021.

- Contratação Direta com o Fornecedor: Esta solução envolve a contratação direta de uma empresa especializada para prestar os serviços requeridos, sem intermediários. É indicada quando há fornecedores reconhecidos com expertise comprovada no mercado.
- Contratação através de Terceirização: Envolve o uso de empresas terceirizadas que fornecem mão de obra qualificada para realizar as atividades previstas. Essa modalidade é comum quando se busca flexibilidade na substituição de pessoal e a otimização de custos operacionais.
- Formas Alternativas de Contratação: Incluem a contratação via consórcio de empresas ou mesmo parcerias público-privadas (PPPs), quando o projeto demandar uma escala maior de operação e sinergias entre diferentes áreas de especialização.

Após uma análise minuciosa das soluções mencionadas e levando em consideração as especificidades da Câmara Municipal de Jucás, a contratação direta com o fornecedor foi avaliada como a opção mais adequada. Esta decisão se baseia nos seguintes fatores:

- Especialização Técnica: Empresas especializadas em serviços técnicos administrativos possuem know-how específico que atende às exigências legais e normativas vigentes, assegurando a conformidade e a qualidade exigidas pela Câmara.
- Eficiência e Controle: A contratação direta facilita o controle sobre a execução dos serviços,



• Custo-Benefício: Embora a terceirização ofereça flexibilidade, a contratação direta pode se mostrar mais vantajosa em termos de custos e eficácia dos serviços, principalmente considerando a necessidade de integração com sistemas operacionais específicos.

Portanto, a contratação direta com uma empresa especializada em serviços de apoio técnico administrativo é recomendada para a Câmara Municipal de Jucás, assegurando que as necessidades levantadas sejam atendidas de forma eficiente, respeitando os princípios de economicidade e transparência estabelecidos pela legislação.

# 5. Descrição da solução como um todo

A solução proposta compreende a contratação de uma empresa para a prestação de serviços de apoio técnico administrativo, com foco em otimizar a gestão documental e a importação de dados mensais no sistema operacional da Câmara Municipal de Jucás. A seguir, são detalhados os componentes e características desta solução:

- Capacitação Especializada: A empresa deve dispor de uma equipe técnica com comprovada experiência em gestão documental e em sistemas de informação, assegurando conformidade com as normativas estabelecidas pela Lei 14.133/2021.
- Implantação de Processos Efetivos: A solução contempla a implementação de processos que garantam a eficiência e a precisão na importação de dados mensais, alinhando-se com as melhores práticas do mercado e as necessidades específicas da Câmara Municipal de Jucás.
- Integração Tecnológica: A empresa contratada deve integrar suas operações de forma harmônica com o sistema operacional existente, garantindo a continuidade de serviços sem interrupções ou sobrecargas no sistema da Câmara.
- Treinamento e Capacitação de Servidores: Prevê-se a oferta de treinamento contínuo aos servidores municipais, visando a autossuficiência da equipe interna na gestão e operação dos sistemas envolvidos.
- Atualização e Melhoria Contínua: A solução deve incluir a constante atualização tecnológica e a incorporação de melhorias nos processos, ajustando-se às evoluções normativas e tecnológicas aplicáveis ao setor público.
- Suporte e Manutenção: Inclui-se na solução um plano de suporte contínuo, com monitoramento regular e resolução de problemas de forma ágil, assegurando a prevenção de falhas e a rápida solução de incidentes.
- Orientação e Acompanhamento de Normativas: A empresa contratada estará incumbida de orientar a Câmara Municipal de Jucás quanto às mudanças e atualizações nas leis, decretos e normativas pertinentes, garantindo a adaptação rápida e eficiente.

Estudou-se o mercado e a solução proposta se mostra alinhada com experiências práticas eficazes já observadas em contratações públicas similares, visando tanto a economicidade quanto a maximização dos recursos humanos e materiais disponíveis pela Câmara Municipal de Jucás.

#### 6. Estimativa das quantidades a serem contratadas

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO NA PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS, IMPORTAÇÃO DE DADOS NO SISTEMA OPERACIONAL DE INFORMAÇÃO MENSAL, AUXILIANDO, ORIENTANDO, ACOMPANHANDO E VERIFICANDO OS PROCESSOS INERENTES A CONTRATAÇÃO PUBLICA, NAS APLICAÇÕES DAS LEI	12,000	Serviço



ITEM DESCRIÇÃO QTD. UND.

Especificação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO NA PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS, IMPORTAÇÃO DE DADOS NO SISTEMA OPERACIONAL DE INFORMAÇÃO MENSAL, AUXILIANDO, ORIENTANDO, ACOMPANHANDO E VERIFICANDO OS PROCESSOS INERENTES A CONTRATAÇÃO PUBLICA, NAS APLICAÇÕES DAS LEIS, DECRETOS E NORMATIVAS EM VIGOR, JUNTO A CAMARA MUNICIPAL DE JUCAS.

## 7. Estimativa do valor da contratação

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO NA PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS, IMPORTAÇÃO DE DADOS NO SISTEMA OPERACIONAL DE INFORMAÇÃO MENSAL, AUXILIANDO, ORIENTANDO, ACOMPANHANDO E VERIFICANDO OS PROCESSOS INERENTES A CONTRATAÇÃO PUBLICA, NAS APLICAÇÕES DAS LEI	12,000	Serviço	4.233,33	50.799,96

Especificação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO NA PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS, IMPORTAÇÃO DE DADOS NO SISTEMA OPERACIONAL DE INFORMAÇÃO MENSAL, AUXILIANDO, ORIENTANDO, ACOMPANHANDO E VERIFICANDO OS PROCESSOS INERENTES A CONTRATAÇÃO PUBLICA, NAS APLICAÇÕES DAS LEIS, DECRETOS E NORMATIVAS EM VIGOR, JUNTO A CAMARA MUNICIPAL DE JUCAS.

Deste modo, como tendo como parâmetro as pesquisas de preços realizadas, temse que o valor médio estimado, conforme dados demonstrados acima, totalizam a monta de R\$ 50.799,96 (cinquenta mil, setecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos)

## 8. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a prática do parcelamento do objeto nas licitações busca ampliar a competitividade e assegurar a viabilidade técnica e econômica. Nesta seção, realizamos uma análise detalhada da divisibilidade da contratação para a Câmara Municipal de Jucás.

- Avaliação da Divisibilidade do Objeto: A contratação de serviços de apoio técnico administrativo apresenta características que possibilitam sua divisão em lotes sem comprometer a funcionalidade ou os resultados previstos. No entanto, há interdependência entre as atividades, o que pode comprometer a eficiência caso divididas.
- Viabilidade Técnica e Econômica: A divisão técnica da contratação mostrou-se viável, entretanto, a fragmentação dos serviços pode elevar custos administrativos e operacionais sem a garantia de qualidade homogênea.
- Economia de Escala: O parcelamento poderia resultar na perda de economia de escala, já que a administração integrada dos serviços favorece a obtenção de melhores preços e condições por volume total.
- Competitividade e Aproveitamento do Mercado: O mercado local possui fornecedores capacitados para a entrega total dos serviços. Fracionar a contratação pode não aumentar significativamente a competitividade, e ainda, dispersar a responsabilidade e uniformidade nos resultados.
- Decisão pelo Não Parcelamento: Concluímos que o não parcelamento é a melhor decisão, pois a divisão acarretaria em perda da economia de escala e poderia impactar negativamente nos resultados, além de elevar riscos na coordenação dos serviços.
- Análise do Mercado: A análise de mercado, baseada em serviços semelhantes em outras entidades, indicou que o agrupamento das atividades assegura um controle mais eficaz e custo-benefício superior em virtude de contratos mais robustos e centralizados.
- Consideração de Lotes: Embora a divisão em lotes tenha sido considerada, dado o volume e a interrelação entre as atividades a serem prestadas, a abordagem de contratação única foi mantida para garantir integridade e eficácia nos serviços.

Assim, a decisão fundamenta-se na garantia de que, sob a ótica técnica e econômica, manter a

# 9. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação proposta está plenamente alinhada com o Plano de Contratação Anual da Câmara Municipal de Jucás, número 04293769000104-0-000001/2025, referente ao exercício financeiro de 2025. Este plano foi meticulosamente elaborado para garantir que todas as contratações realizadas pela Câmara sejam conduzidas de maneira eficiente e estejam em plena harmonia com as prioridades estratégicas instituídas.

O alinhamento estratégico desta contratação pode ser destacado da seguinte forma:

- O serviço de apoio técnico-administrativo visa aumentar a eficiência dos processos de contratação pública da Câmara, assegurando que todas as atividades estejam de acordo com as normas e regulamentos vigentes conforme a Lei 14.133/2021.
- Capacita a Câmara Municipal de Jucás a fortalecer suas capacidades institucionais, permitindo um gerenciamento mais eficaz dos recursos através de suas equipes internas.
- Assegura que todos os processos relacionados a contratações sejam conduzidos com máxima transparência e eficiência, conforme os princípios da nova legislação de licitações e contratos.

Desse modo, a contratação não apenas responde a uma necessidade operacional da Câmara Municipal de Jucás, mas também reafirma o compromisso da instituição com a excelência na gestão administrativa e a governança responsável dos recursos públicos.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, exercício de , conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: 04293769000104-0-000001/2025 Data de publicação no PNCP: 05/10/2024

ID do item no PCA	Classe/Grupo

#### 10. Resultados pretendidos

A contratação dos serviços de apoio técnico administrativo pela Câmara Municipal de Jucás visa alcançar os seguintes resultados:

- Garantir maior eficiência e precisão na preparação de documentos e na importação de dados no sistema operacional de informação mensal, possibilitando um fluxo de trabalho otimizado e seguro dentro da Câmara Municipal.
- Apoiar a equipe interna da Câmara no cumprimento das disposições legais relativas às contratações públicas, especialmente no que concerne à Lei 14.133/2021, assegurando a aderência a todos os princípios estabelecidos, como legalidade, eficiência e publicidade.
- Promover capacitação e orientação contínua para os servidores da Câmara, aumentando a capacidade técnica do pessoal envolvido nos processos de contratação e garantindo a sustentabilidade e a resiliência administrativa a longo prazo.
- Facilitar a integração e o uso dos sistemas tecnológicos adotados pela Câmara, assegurando que todos os documentos e dados sejam tratados de forma segura e conforme os padrões atuais de tecnologia da informação.
- Contribuir para a transparência e a integridade das atividades administrativas da Câmara, através do acompanhamento e verificação regular dos processos e conformidade normativa, gerando confiança entre os cidadãos e promovendo a boa governança.

• Melhorar a economicidade da Câmara Municipal através da etimização dos seus processos internos, com um uso mais efficiente dos pecurisos disponíveises a redução de desperdícios nos processos de contratação.

CÂMARA MUNICIPAL

Esses resultados são esperados para fortalecer a capacidade administrativa e aumentar a eficiência operacional da Câmara Municipal de Jucás, sempre alinhando as atividades aos princípios e diretrizes estipulados pela nova lei de licitações e contratos.

# 11. Providências a serem adotadas

Para assegurar a eficiência e a adequação do processo de contratação dos serviços de apoio técnico administrativo pela Câmara Municipal de Jucás, serão adotadas as seguintes providências:

- 1. Capacitação dos servidores: Realizar treinamentos para a equipe interna sobre as novas práticas e exigências relacionadas à importação de dados e gestão documental, garantindo o correto acompanhamento do serviço contratado.
- 2. Integração de sistemas: Assegurar a compatibilidade entre o sistema operacional de informação mensal vigente na Câmara e as soluções tecnológicas que serão empregadas pela empresa contratada, mediante realização de testes e ajustes técnicos prévios.
- 3. Designação de responsáveis: Nomear responsáveis internos, conforme estabelecido no Art. 7° da Lei 14.133/2021, para supervisionar o contrato e assegurar o cumprimento das cláusulas acordadas.
- 4. Estabelecimento de parâmetros de acompanhamento: Definir métricas e indicadores de desempenho que permitam avaliar regularmente a qualidade dos serviços prestados, possibilitando ajustes e melhorias contínuas.
- 5. Conformidade legal: Confirmar que todos os procedimentos regulamentares e legais estão sendo seguidos, conforme as disposições da Lei 14.133/2021, especialmente no que se refere aos princípios da eficiência, economicidade e transparência.
- 6. Comunicação com a contratada: Estabelecer canais eficazes de comunicação com a empresa contratada para facilitar o fluxo de informações e a solução de eventuais problemas que possam surgir durante a execução do contrato.
- 7. Avaliação periódica: Implementar um cronograma de avaliações regulares para revisar o progresso e a eficiência do serviço, garantindo que as expectativas e necessidades da Câmara sejam atendidas.
- 8. Relatórios de acompanhamento: Preparar relatórios de acompanhamento detalhados sobre o progresso dos serviços contratados, permitindo uma gestão eficaz e uma tomada de decisão informada.

#### 12. Justificativa para adoção do registro de preços

Na contratação dos serviços de apoio técnico administrativo para a Câmara Municipal de Jucás, a opção por não adotar o sistema de registro de preços foi cuidadosamente analisada com base na Lei 14.133/2021. A seguir, apresentamos as principais justificativas para essa decisão:

- A natureza dos serviços a serem contratados envolve atividades contínuas e específicas, como a preparação de documentos e importação de dados no sistema operacional de informação mensal, que exigem um planejamento prévio detalhado em relação às quantidades e condições de execução, não se adequando à modalidade de registro de preços.
- A Câmara Municipal possui um volume fixo de serviços a serem executados mensalmente, não havendo variação significativa que justifique a flexibilidade proporcionada pelo registro

de preços. Assim, a contratação direta per dispensa atende melhor às necessidades institucionais, garantindo efficiência e edorgia intidade pis perto de você

CÂMARA MUNICIPAL

- Os serviços requeridos são de natureza técnica e especializada, demandando requisitos específicos de qualificação que são mais facilmente assegurados por meio de uma contratação direta, evitando possíveis oscilações de qualidade que podem ocorrer com a adesão de múltiplos fornecedores em um registro de preços.
- A urgência na implementação dos serviços para assegurar o adequado funcionamento da Câmara e o cumprimento das normativas vigentes também contribui para a escolha por um processo mais ágil e direcionado, como a dispensa de licitação, em conformidade com o Art. 75 da Lei 14.133/2021.
- A previsibilidade do escopo e valor contratual, já estabelecidos no Plano de Contratação Anual, elimina a necessidade de ajustes frequentes ou complementações que seriam facilitadas pelo registro de preços, tornando essa ferramenta inadequada ao contexto específico da contratação.

Com base nesses fatores, conclui-se que a não adoção do sistema de registro de preços é a opção que mais se alinha às diretrizes de eficiência, efetividade e segurança na contratação dos serviços necessários à Câmara Municipal de Jucás.

# 13. Da vedação da participação de empresas na forma de consórcio

Na contratação em questão, é vedada a participação de empresas na forma de consórcio. Essa decisão é fundamentada no disposto na Lei 14.133/2021, que regula as licitações e contratos administrativos, estabelecendo diretrizes claras sobre condições de participação e estruturação de propostas.

- A vedação se justifica pela complexidade moderada do objeto contratado, que não demanda nem beneficia da divisão de responsabilidade entre múltiplas empresas, o que por sua vez poderia gerar desafios adicionais na coordenação e execução dos serviços de apoio técnico administrativo.
- Visa-se garantir a responsabilidade direta e clara por parte de uma única empresa contratante, facilitando a gestão contratual, o acompanhamento do desempenho, e a resolução de quaisquer questões ou litígios que possam surgir durante a execução dos serviços.
- Além disso, a escolha por não permitir consórcios é consistente com o princípio da celeridade e eficácia no processo de contratação, reduzindo etapas adicionais que um consórcio poderia exigir, como formação, gestão e comunicação entre as empresas consorciadas.
- Esta vedação também é alinhada com a necessidade de se garantir uma competição isonômica, evitando que potenciais complexidades administrativas dos consórcios possam favorecer ou desfavorecer indevidamente determinados concorrentes em relação a outros.

Portanto, a vedação à participação de consórcios para esta contratação visa assegurar maior eficiência, clareza e responsabilidade na execução dos serviços previstos, seguindo as boas práticas orientadas pela Lei 14.133/2021.

#### 14. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras

A contratação dos serviços de apoio técnico administrativo para a Câmara Municipal de Jucás, conforme analisado, apresenta um impacto ambiental mínimo, visto que a natureza do serviço é predominantemente administrativa e baseada em tecnologia da informação. No entanto, alguns aspectos devem ser considerados e mitigados conforme os princípios estabelecidos pela Lei



14.133/2021.

- Consumo de Energia: O uso de equipamentos eletrônicos, computadores e outros dispositivos no desempenho dos serviços pode resultar em consumo adicional de energia. Foi identificado que, para mitigar esse impacto, devem-se adotar práticas de consumo consciente e preferir equipamentos certificados com selo de eficiência energética.
- Produção de Resíduos Eletrônicos: Com a utilização contínua de tecnologia, pode haver a geração de resíduos eletrônicos ao longo do tempo. Recomenda-se a implementação de um sistema de logística reversa para a adequada reciclagem e disposição desses materiais, conforme previsto na legislação ambiental vigente.
- Uso de Papel e Recursos de Impressão: O serviço administrativo pode demandar o uso de papel para a documentação física. Para minimizar esse impacto, a medida mitigadora incluída no planejamento é a digitalização de documentos sempre que possível, incentivando práticas de escritório sem papel.
- Transporte e Mobilidade: Caso a empresa fornecedora necessite fazer deslocamentos frequentes para a execução dos serviços, isso pode ampliar a emissão de gases poluentes. Portanto, pode-se incentivar o uso de transporte compartilhado ou veículos elétricos, se viável.

Portanto, os impactos ambientais são considerados controláveis e passíveis de mitigação por meio de práticas sustentáveis, alinhadas com os princípios de economicidade e sustentabilidade da Lei 14.133/2021, promovendo assim um melhor aproveitamento dos recursos e contribuindo para o desenvolvimento sustentável da Câmara Municipal de Jucás.

# 15. Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação

Com base nas considerações apresentadas nos tópicos anteriores deste Estudo Técnico Preliminar (ETP), conclui-se que a contratação de uma empresa especializada para a prestação de serviços de apoio técnico administrativo à Câmara Municipal de Jucás é tanto viável quanto razoável, sob a perspectiva da Lei 14.133/2021.

Essa conclusão fundamenta-se na análise detalhada dos requisitos de contratação, da demanda institucional e do levantamento de mercado realizado, o qual indicou a existência de vários fornecedores capazes de atender às necessidades da Câmara de forma eficaz e eficiente.

- O serviço requerido alinha-se com as diretrizes da Lei 14.133/2021, particularmente quanto à eficiência e à economicidade (Art. 5°), garantindo que os recursos públicos sejam utilizados de forma otimizada para o cumprimento dos objetivos institucionais.
- A contratação não apenas atende a uma necessidade operacional identificada, mas também está em consonância com o Plano de Contratação Anual e o planejamento estratégico da Câmara, que busca maior transparência e eficácia nos seus processos administrativos.
- Adicionalmente, a escolha pela dispensa eletrônica, conforme o Art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021, mostra-se apropriada devido à especificidade técnica e ao caráter especializado dos serviços necessários, permitindo a seleção de fornecedores com comprovada competência e experiência.
- É importante também destacar que a valoração de mercado realizada previamente (Art. 23) assegura que os preços estimados estão condizentes com os praticados em situações similares, evitando riscos de sobrepreço ou superfaturamento.

Com base nesses fatores, a contratação proposta é recomendada, sendo considerada a melhor alternativa para atender ao interesse público e assegurar a melhoria contínua na gestão dos processos administrativos da Câmara Municipal de Jucás.



Jucás / CE, 7 de março de 2025

# **EQUIPE DE PLANEJAMENTO**

Micael Felipe Rolim SUPLENTE

Ligiane Lucas Moura PRESIDENTE

Magna Letícia Feitosa Ferreira MEMBRO